



# Anais da Assembléia

Nº 11

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1976

QUARTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jurandir Messias, Valter Pietrângelo, Enéas Faria, Aragão de Matos Leão, Adalberto Daros (50), achando-se ausentes os Srs. Deputados Egon Pudell, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos e Wilson Fortes. (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o plenário, se registre na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Professor Advogado JOEL LARROCCA, ocorrido recentemente, na cidade de Ponta Grossa.

Homem dedicado às causas do ensino paranaense, foi Diretor da Faculdade de Direito de Ponta Grossa, e um dos seus fundadores, ligado às causas advocatícias propiciou aos menos favorecidos pela sorte, os seus préstimos profissionais. Cerceado pela natureza de sua vizibilidade, recolheu-se ao seu lar, dedicando-se ao Rádio-Amadorismo, colaborando em inúmeras ocasiões quando estava ao seu alcance com os pedidos de envios de mensagens.

Exemplar chefe de família, deixa com seu desaparecimento, uma lacuna na comunidade Pontagrossense e Paranaense, dificilmente de ser preenchida.

Requeiro, outrossim, que se dê conhecimento deste à família enlutada, residente em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a consignação dos trabalhos da ata da presente sessão, de um voto de pesar profundo pelo falecimento ocorrido na cidade de Maringá, vítima de lamentável acidente de trânsito, do ex-Vereador e Pioneiro Maringaense, Sr. LAUDELINO PEDRO DA SILVA.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Câmara de Vereadores de Maringá.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) ANTONIO FACCI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastor Primaz David Nikkel, ocorrido ontem em Colônia Witmarsum, Município de Palmeira.

O ilustre e estimado líder que deixa nosso convívio, desde cedo revelou excepcionais qualidades de despreendimento pessoal batalhando por nobres causas.

Chegando ao Brasil no ano de 1930, passou desde logo a contribuir para o progresso de nossa Pátria, tendo sido um dos fundadores da Colônia Witmarsum, de Santa Catarina. Em 1952, veio ao Paraná, estabelecendo-se no Município de Palmeiras, onde incansavelmente exerceu suas funções ministeriais, religiosas e sociais.

Outrossim, requer aprovado o requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) EZEQUIAS LOSSO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Considerando:

O crescente movimento verificado na BR-116, trecho CTBA-RIO NEGRO, principalmente após o pleno funcionamento do I Distrito Industrial implantado recentemente naquela localidade;

2. A grande movimentação registrada na Rodovia do Xisto, que liga Curitiba a São Mateus do Sul, com a dinamização dos trabalhos na Usina de Xisto piro betuminoso, e ainda os trabalhos intensos na Refinaria denominada Getúlio Vargas em Araucária;

3. Que, como decorrência houve um substancial aumento no movimento da estrada Campo Tenente à Lapa, que liga a BR-116, à Rodovia do Xisto, estrada esta que se encontra em péssimo estado de conservação.

Requeiro regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, para que, em face das informações acima contidas se digne adotar as necessárias medidas, visando, após a necessária reformulação no plano de asfaltamento de rodovias estaduais, determinar a inclusão do asfaltamento da estrada Campo Tenente - Lapa.

Outrossim, requer-se também urgentes reparos na estrada especificada enquanto se aguarda a providência acima.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja dirigido ao Senhor Governador do Estado o seguinte apelo:

Considerando a necessidade de defender os recursos naturais renováveis, com interesse à fauna, e considerando que os viveiros naturais que são as baías de Paranaguá e Guaratuba, com suas entradas, mangues, baixios e rios, e a crescente população e a flutuante de turistas de veraneio, que estão provocando sobre-pesca, desmatamento de mangues e margens de água, e que as águas dessas baías apresentam baixíssima taxa de poluentes não degradáveis e consequentemente seus pescados são isentos de poluentes cumulativos como os mercuriais.

Apela ao Senhor Governador para que, no uso de suas atribuições, determine ao órgão competente do Governo Estadual o levantamento, situação e estabelecimento de "áreas de defesa", onde a vida natural possa desenvolver-se, manter e até elevar o grau de piscosidade das baías e abrigar a fauna terrestre e avícola da região litorânea.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) PAULO CAMARGO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Osires S. Guimarães, DD. Secretário dos Transportes, dirigindo-lhe apelo no sentido de que sejam reiniciados os trabalhos necessários para a ligação rodoviária Lapa BR-277, trecho da divisa do município de Porto Amazonas até a Estrada BR-277, consoante reivindicação anotada em ata do Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional, conforme fotocópia da certidão anexa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) EZEQUIAS LOSSO

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI Nº 13/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a "Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede na cidade de Maringá, Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) GABRIEL SAMPAIO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, vem desde o ano de 1974, desenvolvendo e realizando importante e profícuo trabalho de atendimento às classes menos favorecidas pela sorte, daquela região.

Entidade fundada com caráter educativo e promocional, tem cumprido com a mais absoluta fidelidade com os princípios que nortearam sua criação.

É portanto, merecedora da declaração de utilidade pública, pois enquadra-se perfeitamente dentro dos preceitos exigidos pela Lei, para a obtenção de tal denominação.

## PROJETO DE LEI Nº 14/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Júlio Maria Pedroso de Moraes", a um prédio público estadual localizado no município de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

## JUSTIFICATIVA:

À primeira vista poderá parecer estranho que se dê a alguém a homenagem póstuma como a que propomos, ainda mais, se este alguém é um desconhecido da vida pública e política paranaense, e, ainda mais, que tivesse somente vivido 18 anos.

Mas Júlio Maria Pedroso de Moraes a merece. Do anonimato de sua vida mais anônimos ainda foram seus atos, que somente sua morte permitiu mostrar a nós o quão magnânimo e altruísta foi seu coração de jovem, que, mesmo sem fugir ao clichê da juventude brasileira, alegre, dinâmico, disposto, brincalhão, soube somar a isto tudo a bondade, o desejo de ajudar, o verdadeiro coração cristão dos que fazem o bem sem perguntar a quem.

Júlio, mais uma vítima do louco trânsito atual, morreu aos 18 anos, e após seu desaparecimento, começaram a surgir os seus atos para com o próximo. Em seu colégio, inúmeras foram as mensalidades descobertas em que diversos alunos, sem condições de pagá-las, estudavam pelo bolso de Júlio. Ninguém jamais soube. Nem seus pais, que mais tarde mais ainda viriam a se orgulhar do bom filho que, de seu ordenado como empregado da firma do pai, usava-o, quase todo, para custear os estudos dos colegas menos abastados e de outros em diversas escolas.

Fazer o bem sem olhar a quem, diz o velho adágio e o jovem Júlio seguiu-o à risca. São inúmeras as pessoas que choram por aqueles que um dia os ajudou.

Nada mais justo que homenagear a este benemérito anônimo quem e apenas 18 anos de vida muito mais construiu para o próximo do que muita gente já vivida de idade.

Júlio Maria Pedroso de Moraes, fez, em 18 anos, o que quase todos não fazem em sua existência inteira, deixando uma imagem de jovem feliz que aqui cumpriu a sua missão e mais não fez porque a selva da cidade de pedra não deixou.

Júlio Maria Pedroso de Moraes, nasceu em Curitiba, dia 2 de junho de 1955 e era filho de José Pedroso de Moraes e Da. Edith de Moraes, falecendo, vítima de acidente automobilístico, em 25 de julho de 1973.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certa feita, desta tribuna, qualificamos o País de Grande Casino, casino que alcança as economias mais pequenas, a economia de pobreza brasileira através da loteria esportiva todas as semanas.

Se pronunciamentos sensibilizassem os responsáveis pela vida brasileira, certamente este País teria tido o seu desenvolvimento de seu povo.

Entretanto, o que vemos, o que sentimos, o que percebemos e o que notamos todos os dias é que o País cresce e o povo empobrece cada vez mais.

A loteria esportiva que exerce a sua atividade proliferando em pobreza, em miséria, é feita dentro de uma estrutura legal, portanto ela está na legalidade. O organograma de leis que estabeleceu a sua criação e a sua função ativa neste País, estabeleceu também que o núcleo seria dividido aos municípios brasileiros para a educação e cultura principalmente.

Entretanto, o que se observa, até hoje, é que o dinheiro que é arrancado do trabalhador, do miserável, do assalariado, do povo humilde, aqueles que passam fome e toda a espécie de necessidade não tem sido devolvido principalmente aos municípios mais carentes desta devolução para o atendimento das mais prementes necessidades do povo menos favorecido pela sorte.

É por isto que, em data de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresento, no Pequeno Expediente, um requerimento indagando à Caixa Econômica do Paraná, através do Departamento responsável pela economia da loteria esportiva, sobre fatos relacionados com a minha denúncia. O meu requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista o interesse em alcançar conhecimentos sobre o sistema de distribuição das Cotas de participação do saldo ativo de cada parcela de rendimento no Estado.

#### REQUER:

- a) qual é a forma usada para a distribuição das Cotas legais aos Municípios do Paraná.
- b) qual o sistema constante do programa quanto a determinação do emprego dos valores, exigido pelo organograma estabelecido pela LOTERIA ESPORTIVA.
- c) qual é o agente autorizado a proceder a distribuição dos valores no Estado do Paraná.
- d) quais foram os Municípios mais beneficiados nestes últimos 5 anos pela LOTERIA ESPORTIVA com referência a recebimento das cotas.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976.”

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos novamente na tribuna, sem procurar polêmica ou coisa que o valha, mas, temos uma resposta a dar ao povo do Paraná, uma resposta a dar à douta Comissão Diretiva desta Assembleia, e uma resposta a dar principalmente ao nosso companheiro de bancada:

No parar ou apagar das luzes da legislatura passada, tivemos um ligeiro desencontro de idéias com um colega de nossa bancada, sobre o problema de um discurso nosso, em referência ao Prefeito Municipal de Cambará.

Era de nosso interesse ficarmos calados, mas como há o adágio popular que diz que “quem cala consente”, então estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para tornar público a nossa opinião e a nossa opinião hoje, sobre aquele Prefeito que muda de partido como quem muda de camisa.

Então, conversado ontem com um vereador do MDB, tivemos a satisfação de colher alguns dados, e hoje também, de vermos em um dos jornais de projeção no Paraná, na sua página política, o problema, que queremos ler: (Lê):

“O Vereador Narciso Scarini, de Cambará, estava ontem no Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa, acompanhado pelo Deputado Helio Manfrinato, oportunidade em que fez apenas críticas ao prefeito de sua cidade, Mário Conselvan. Depois de lembrar que o Prefeito foi eleito pelo MDB mas bandeou-se para a ARENA, o Vereador afirmou que os professores da Cambará estão há cinco meses sem receber; os funcionários da Prefeitura não recebem há quatro meses. Acrescentou que Conselvan “onerou o município de Cambará de tal forma, que a próxima gestão estará comprometida com enormes dívidas.” Disse ainda, por fim, que há muito tempo a Prefeitura deixou de pagar o

INPS e o FGTS, “ignorando-se a quanto vai o montante da dívida”.)

E ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos aqui fotografias, com testemunho, onde vemos veículos da Prefeitura, trabalhando na fazenda daquele ilustre Prefeito defendido por um companheiro nosso de bancada; temos aqui, fotografias com provas indestrutíveis, e temos mais, certidões quentes que falam o seguinte e infelizmente, pra o conhecimento da verdade, para a apologia, para aquele polêmica feita em torno daquele prefeito corrupto, daquele prefeito defendido por um companheiro nosso, que procurou enlamear o nosso nome, que procurou nos chamar de mentiroso; temos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, provas irrefutáveis, temos aqui, certidões não encomendadas: (Lê)

“Certifico, a pedido verbal de parte interessada e para os devidos fins que, revendo em o Cartório do Crime, Júri e Execuções criminais, a meu cargo, aos autos de processos crimes, arquivados e em andamento, dos mesmos verifiquei constar os autos da Ação Penal sob o n.01/76, em que a Justiça Pública move contra o réu MÁRIO CONSELVAN, (Prefeito Municipal desta cidade), como incurso nas sanções do Artigo 1º, incisos V, 2ª parte, e XIV, 1ª parte, do Decreto-Lei 201, de 27-2-67, c/c o artigo 51 § 2º, do Código Penal Brasileiro, tendo sido denunciado em data de 4 de fevereiro do corrente ano, pelo representante do Ministério Público desta comarca, cuja denúncia foi recebida por despacho do MM. Juiz de Direito, de 10-03-76, estando designado o próximo dia 15, às 14,00 horas, para o interrogatório do referido acusado.

O referido é verdade e dou fé. Cambará, aos onze dias do mês de março, do ano de mil novecentos e sessenta e seis.

Eu, Luiz Carlos Biaggi, Escrevente Juramentado do Crime Juri e Execuções Criminais, que datilografei, conferi, dou fé e assino.

As. Luiz Carlos Biaggio — Escrevente Juramentado”.

E tenho mais aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento feito à Câmara Municipal por um vereador, de alto gabarito e de alta responsabilidade que é o Sr. Narciso Scarinci.

“Narciso Scarinci, infra-assinado, brasileiro, casado, vereador em exercício, residente e domiciliado nesta cidade de Cambará, Paraná, vem mui respeitosamente requerer a V. Exa., se digne colocar em julgamento as seguintes infrações do Sr. Prefeito Municipal.

I — Impedir o funcionamento regular da Câmara, deixando de enviar a esta Casa a verba para pagamento dos Vereadores desde 2 de julho de 1975, item 1º, do Art. 4º da Lei 201/67.

II — Negar a execução da Lei Federal complementar nº 25 de 02/07/75, item XIV, do Art. 1º da Lei 201/67.

III — Descumprir o Orçamento aprovado para o exercício de 1976, item VI do Art. 4º da Lei 201/67.

IV — Proceder de modo incompatível com a dignidade de cargo Item X, do Art. 4º da Lei 201/67.

N. Termos

P. Deferimento.

Cambará, 8 de março de 1976.

As. Narciso Scarinci”.

Agora vejam, Srs. Deputados, que as nossas provas não são encomendadas; as nossas provas à mercê de Deus, vieram às nossas mãos. E quando eu disse ao Deputado Ivan Rüppel que ele é um bom Deputado, um bom médico, mas um péssimo advogado.

Estão aqui as provas, e neste momento, eu peço ao povo do Paraná que vejam hoje, quem está com a razão, respeitando a ausência de S. Exa. que neste momento não está na Casa, ou pelo menos não está neste recinto, nós estaremos aqui para refutar e para dizer a S. Exa. o Deputado Ivan Rüppel, que não mentimos quando afirmávamos, que o Prefeito de Cambará muda de partido como quem muda de camisa; que o Prefeito de Cambará

usa de corrupção, usa de todas as forças para corromper os seus Vereadores.

Então, nós estamos aqui, Sr. Presidente, com a vênha de de mais um minuto que eu peço a V. Exa., para que não se digne, não se tripudie na honra de um Deputado que vem aqui falar a verdade de muitas vezes, sobre um seu companheiro arenista, e o Deputado Ivan Rüppel, que não venha mais uma vez fazer manobras, para defender este Prefeito corrupto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Srs. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente sangra o Paraná; novamente o Paraná é manchete; novamente os jornais mais sérios do País falam sobre o Paraná. Não sobre sua produção de soja, não sobre a geração de energia, não sobre o excepcional povo que habita nosso querido Estado. Jornal dos mais sérios, "O Estado de São Paulo" já há três dias dedica manchetes e colunas ao Estado do Paraná.

Estado do Paraná que vem de manchete em manchete fazendo uma história triste para os filhos desta terra e para aqueles que adotaram esta terra como sua.

Estado do Paraná de manchetes de Moysés Lupion, Estado do Paraná daqueles que, em cima do muro, em 64 caíram para o lado, na última hora, dos mais fortes, pois dias antes participavam de solenidades daqueles que caíram. Estado do Paraná de Haroldo Leon Peres que se mancheteia até hoje, quando se defronta com um empresário paranaense em plena Capital carioca.

É por isso que vou apresentar um requerimento pedindo a transcrição nos Anais da Casa do seguinte artigo, publicado hoje no "O Estado de São Paulo":

#### "SUBORNO É CHANTAGEM.

O Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura de Curitiba riscaram os órgãos de imprensa de propriedade do Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado, de qualquer divulgação da publicidade oficial, dos balanços das sociedades de economia mista aos anúncios de campanha de vacinação contra o sarampo. Não foi por incapacidade técnica ou por inidoneidade das empresas jornalísticas controladas pelo ex-Governador, três estações de TV, uma rádio e três jornais diários. A inidoneidade política, o amoralismo administrativo, à guisa de justificação, esta infâmia: não poder o governo financiar quem o combate.

Raramente se terá chegado, com tanta concisão, a confissão tão completa: de ausência de ética comercial, de desprezo pela consciência do profissional de imprensa e de repugnância pelos postulados elementares da democracia.

Na mentalidade de tais governos, um contrato comercial é, tacitamente, um convite à subserviência; tanto assim que é cancelado, se despontam amostras de independência e senso crítico. Não se paga uma prestação de serviços técnicos; este é apenas o biombo de um jogo escuso, e de apenas duas táticas: suborno e chantagem. Por isso eles se arvoram em financiadores da imprensa, quando apenas se beneficiam de um poder de comunicação que se construiu sem eles e que se esteriliza quando empalmado por eles. Precisa alguém dizer que Diário Oficial algum cumpre o papel e atinge o público alcançado pela imprensa livre? Precisar alguém alfabetizar em democracia os que distribuem entre si os escalões do poder do Estado brasileiro?

Infelizmente, sim. A experiência nos diz que a resistência ao boicote econômico à imprensa livre, patrocinado ou comandado pelos poderes públicos, é indispensável à nossa democracia, titubeante.

O Sr. Jayme Canet Júnior acolheu a sugestão maligna de reeditar o narcisismo político do Sr. Laudo Natel, que há três anos, usou da mesma represália contra a "Folha" e o "Jornal da Tarde", quando ambos denunciaram a concessão de monopólio de contratos de seguros da Fepasa à Vigia S.A. Naquela

época, o rancor fútil do Sr. Laudo Natel jamais poderá esperar pelo volume de censuras que recebeu de toda a imprensa brasileira, e da imprensa estrangeira, de seus correligionários na Arena e de todos os que sentiram a grandeza do Estado envilecida, pelo procedimento de seu governante.

E se levou a contumácia no erro até o fim, é porque a obstinação costuma ser a satisfação narcisista que resta aos cercados do repúdio, público e comum.

O Sr. Paulo Pimentel parece disposto a resistir. E não apenas aos Srs. Jayme Canet Junior e Saul Raiz, mas às próprias áreas do situacionismo que este representam no Paraná e de que dependem. É imprescindível que o faça: é imprescindível que na Arena — do Paraná ou de qualquer outro Estado, em nível de representação local ou nacional — se separe o joio do trigo. Os que realmente são pela democracia e os que tão somente garantem na formalidade de instituições democráticas, sua sobrevivência política e pessoal. A resistência da imprensa livre faz a triagem entre o mandonismo e a liderança entre o personalismo vaidoso e arrogante e o desempenho em funções que, por serem encargo e responsabilidade, jamais podem situar-se acima da crítica.

Se o Paraná não tem dono, como disse o Ministro Ney Braga, muito menos pode tê-lo a opinião do Estado, seja ela favorável ou adversa aos atuais administradores. Mais ainda, a melhor evidência prática da tirada solene será a existência de uma oposição e de uma opinião. Mas, se se renegar à imprensa sua subsistência econômico-financeira, se se discriminar, por razões que sequer se podem dizer políticas, a imprensa que se afirmou em todos os campos de sua capacidade, a frase ficará como mais um exemplo de civismo e hipocrisia.

Assim como se sofismou sobre o regime brasileiro, dizendo-o "de voto livre e de veto obrigatório", assim também fatos como o do Paraná mistificam a liberdade de imprensa sobre no Brasil livre, enquanto consentida. Não é um direito, o direito universal: a informação. É concessão que, se julga doação generosa. É quanto lhe custa esse presumido presente podendo medir, em negativo, na hora dos boicotes".

Sr. Presidente, passo às mãos de V. Exa. o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Suborno e Chantagem", publicado no jornal "O Estado de São Paulo", do dia 17/03/76.

Requer outrossim, se dê conhecimento ao citado jornal do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976".

— Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quarto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejava convidar os Srs. Deputados para a solenidade que, hoje, se realizará nas dependências do Palácio Iguaçu, e que visa a outorga dos prêmios concedidos aos vencedores do VII Concurso Nacional de Contos. E, na mesma oportunidade, será também encerrado o VII Seminário Nacional de Literatura, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, com apoio financeiro da FUNDEPAR, a nível nacional.

Sr. Presidente, era esta a comunicação que caberia fazer. Todavia, os acontecimentos políticos que envolveram a nossa grei partidária, nos últimos dias, e que entendêsemos devesse ficar restritiva ao âmbito familiar da ARENA, está ganhando nesta Casa proporções de crise política em âmbito nacional.

Quando se pretende validar texto publicado pelos jornais e da maior expressão neste País, notadamente o jornal "O Estado de São Paulo" poder-se-ia afirmar que a mesma edição que

hoje traz como pensamento da direção, porque é artigo de fundo, publica também o desentendimento violento verificado no dia de ontem, no plenário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, quando a ilustre bancada do MDB escolhia seu líder, e sem encontrar em entendimento, ou sem validar entendimentos anteriores, porcia um espetáculo também de triste presença para o aperfeiçoamento da vida política nacional, não se falando da expressão da representatividade política paulista no cenário desta Nação.

Farei, desta tribuna, um apelo para que os partidos políticos, ambos integrados pelas maiores inteligências que representam a comunidade paranaense e brasileira, que aqui vivem, fossem capazes, de cada um resolver seus problemas a nível doméstico, que não fizessem dos problemas de ordem política, palco de discussão e de desentendimento neste plenário, que é dedicado à discussão dos mais altos interesses da coletividade paranaense.

A ARENA reconhece, está vivendo momentos de transição, mas também de fixação de sua liderança, em torno de idéias defendidas pelo Partido, aplicadas num programa muito sério. E, se houveram nos últimos dias algumas opções, os líderes de nosso Partido optaram entre a função de destaque na Comissão Executiva de nosso Partido e comentarista político de uma emissora de televisão, nós que somos da ARENA, pediríamos que nos fosse ensejada a oportunidade, de a nível de partido, resolvermos nossos problemas internos e que terá solução porque os arenistas desejam não só a pacificação da família arenista, mas acima de tudo, poder, num clima que sempre foi do mais amplo diálogo, o mais aberto, continuar trabalhando pelo engrandecimento de nossa terra.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença na tribuna é somente para apresentar um requerimento de nossa autoria, a fim de que o mesmo possa ter seus trâmites legais.

É o seguinte o requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

Realiza-se na cidade de Cornélio Procopio entre os dias 18 e 21 do corrente mês a 3ª Jornada Médica. Dentro de uma programação das mais amplas e elaboradas pela alta direção da Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio e a Sociedade Médica, Regional, através seu presidente, o médico José Ramos da Silva, ela constará de vários itens:

O primeiro constante da palestra que serão proferidas por eminentes autoridades médicas, incluindo em seu encerramento a palestra do Secretário Arnaldo Busato;

O outro grande destaque acontecerá no dia 21 quando será inaugurada a nova ala da Santa Casa de Misericórdia.

O aludido hospital, já considerado como de primeira categoria em eficiência nos setores de clínica médica, cirurgia e obstetrícia, se destacará ainda mais com a importante incorporação da ala nova, que abrigará dependência administrativas, velório, arquivo médico, ambulatório, sala de diretoria e conferências, além de quartos e apartamentos com ar condicionado, TV a cores e etc.

Considerando o grande benefício que será oferecido à comunidade daquela região e considerando ainda que a grande iniciativa e realização foi obra de homem preocupado com o bem estar da comunidade, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o registro na ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao dedicado Provedor daquele hospital, Sr. Arthur Hoffig.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1976”.

Este, Srs. Presidente, o requerimento que temos a honra e

a satisfação de submeter à apreciação desta Casa, esperando a aprovação e aquiescência dos eminentes colegas e ilustres representantes da comunidade paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, sexto orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna hoje para pedir piedade. Piedade para com um povo que sofre e que, paradoxalmente habita a cidade mais próxima do céu, por ser a mais alta do Paraná, Apucarana.

Um homem que saiu de uma pastelaria e que, por um desses abortos da natureza galgou a posição de Prefeito Municipal, tomado de vertigem das alturas e apoio incondicional do Governo do Paraná, administra como se estivesse grávido do Rio da Prússia, se é que se pode chamar de administração o que ele vem fazendo, impunemente, às barbas da lei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a administração de Apucarana é uma verdadeira calamidade pública, e para salvar a cidade, se eu não fosse democrata, se eu não respeitasse tanto o direito que tem o povo de escolher, mesmo que enganado por demagogos baratos e sem qualquer qualificação, me arriscaria a pedir a INTERVENÇÃO FEDERAL EM APUCARANA. Não o faço, porque seria pedir o que sempre neguei, ou seja, remédios errados para doenças curáveis por outros métodos.

Apucarana está doente, padecendo, moribunda, por falta de providências enérgicas do GOVERNO, que insiste em fortalecer politicamente aquele que não tem competência e pior do que isto, dignidade. Porque não tem competência e dignidade, Srs. Deputados, um Prefeito que associa-se a um parque de diversões e “apelida” de Exposição Agro-Pecuária Industrial, com meia dúzia de vacas moxas, cabisbaixas, envergonhadas, fechadas num potreiro, servindo de “placa” a uma das maiores bandeiras da história administrativa de Apucarana.

Porque não tem competência e dignidade, Srs. Deputados, um Prefeito que pressiona economicamente uma emissora de rádio que diariamente transmitia o programa matinal “Falando com Deus”, tirando esse programa do ar, só porque o Padre Afonso preferiu pregar o Evangelho e não a cartilha porca do Prefeito.

Porque não tem competência e dignidade, Srs. Deputados, um Prefeito que não dá assistência às crianças pobres das escolas rurais e chega ao cúmulo dos absurdos de mandar seus asseclas recolherem e porem fogo nos cadernos que este Deputado distribuiu a essas crianças, na semana passada.

Porque não têm competência e dignidade, Srs. Deputados, um Prefeito que deixa de comemorar uma data cívica, alegando falta de recursos, no dia seguinte gasta 50 caixas de foguetes para inaugurar uma mata-burro que, não aguentaria seu peso, se ele pudesse por ali passar.

Porque não tem competência e nem dignidade, Srs. Deputados, um Prefeito que determina o asfaltamento de uma rua com apenas duas residências, por beneficiar loteamento de que tem interesse, e deixa a cidade esvair-se em buracos de proporções descomunais, envergonhando na cidade perante os passantes de outros municípios vizinhos.

Porque não tem competência e nem dignidade, Srs. Deputados, um Prefeito politiquês, que respira ódio, vingança e traição, ao ponto de redimir, perante a História, Judas, Joaquim Silvério dos Reis e Brutus.

Para o meu Partido, considerando que esse homem que apelidaram de Prefeito pertence à ARENA, talvez seria até bom que eu me calasse, visto que as próximas eleições municipais estão chegando.

Mas boto muito acima dos interesses partidários, o sofrimento e a vergonha do povo de Apucarana, por ser dirigido por esse homem.

Falei homem?

Perdoem, essa foi a grande gafe do meu discurso.  
Obrigado, Srs. Deputados.  
Deus salve Apucarana. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pertencemos a um partido que prima pela sua coerência política, nos identificamos em todo o território nacional, como sendo um partido instituído pela própria Revolução de 64.

Aqui estamos nesta tarde, neste plenário, nesta tribuna, para cumprimentar as boas ações do Governo Federal, quando elas vão de encontro à família brasileira. E não podíamos de maneira alguma, quando o mais alto Chefe desta Nação brasileira houve por bem aceitar os reclamos da ARENA e do MDB, dos Srs. Deputados, dos dois partidos, dos Srs. Senadores, das duas agremiações partidárias, quando vemos de que o interesse da família brasileira foi colocado acima do interesse político, quando a partida do homem do MDB que tentava, desde a Revolução de 64, sensibilizar o ex-Presidente, falecido Castelo Branco, o ex-Presidente, falecido Costa e Silva, o ex-Presidente Emílio Médici, e o atual Presidente Ernesto Geisel, deixar de prestar nossa homenagem, rememorando nesta Casa, de que, os Deputados Federais do MDB fazem sentir o Governo Federal, do desamparo à faixa etária de brasileiros de 30 ou 50 anos, quando aqueles Srs. brasileiros viam-se cerceados no seu ingresso à função pública federal, por uma cláusula do próprio Governo que estipulava um limite de idade dentro do qual sua idade não era aquinhoadada.

S. Exa. o Sr. Presidente Ernesto Geisel, ouvindo realmente aquelas críticas aos governos anteriores e ao seu, até o dia de ontem, feitas por homens do MDB, houve por bem, o Chefe da Nação, fazer valer seu caráter, sua idoneidade e acima de tudo, o respeito com a família brasileira, sancionando S. Exa. o Sr. Presidente da República, uma lei pela qual amplia, dá u'a maior elasticidade para o brasileiro, fazendo com que até 50 anos de idade ele possa ser engajado na carreira de funcionário público federal, deste País.

Nós falávamos, no início, que cumprimentávamos e cumprimentamos S. Exa. o Sr. Presidente, e que, queríamos que neste rincão onde temos nossa representação política fosse copiado o exemplo do Presidente pelo nosso Governador Jayme Canet Júnior.

Vemos de que em todos os concursos públicos abertos ao funcionalismo público estadual do Paraná, uma das cláusulas que ali está inserida geralmente é o limite de idade do servidor ou daquele que quer ser servidor público estadual. Que esse exemplo fosse seguido pelo nosso Governador e desse aos brasileiros, paranaenses, deste Paraná, a mesma condição que Ernesto Geisel oferece em todo território nacional, para o funcionalismo público federal.

Tem o aparte o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, parabeno-me com V. Exa. quando aplaude medida presidencial que corrige uma injustiça.

A de propiciar aos homens e mulheres de idade, até 50 anos, o ingresso no serviço público. V. Exa. está sendo muito feliz ao analisar o acontecimento que tem uma repercussão social muito grande.

Realmente, isso prova que a sensibilidade política e o espírito até de solidariedade humana que tem presidido os atos de S. Exa. o Sr. Presidente Ernesto Geisel, estão alcançando, paulatinamente, a solução dos problemas que se afiguravam graves ainda para as grandes diferentes parcelas da população.

Mas, queria informar a V. Exa. que o Governador Jayme Canet Junior, porque nesta hora, programado para às 15:00 hrs.

e 15 minutos, está autografando uma Mensagem e que deve chegar à Casa ainda hoje, também dando cumprimento a um dispositivo constitucional, atendendo também os apelos do nosso Partido a nível de diretório e a nível de bancada estadual. Subscrive a Mensagem que está enviando a este Poder, e dentro de poucos instantes, aqui estará uma Comissão de Professores, trazendo a Mensagem, visando dar estabilidade aos funcionários públicos, professores, mesmo suplementaristas, que a data da promulgação da Constituição de 67, contasse com cinco anos de vínculo empregatício com o Governo do Estado do Paraná.

E sei que dentre esses, inúmeros cidadãos, homens e mulheres contam com idade de 40, 45, 50 anos. É uma medida governamental a nível estadual também que deve merecer registro, para no mesmo instante em que se cumprimenta o Presidente da República, que os cumprimentos sejam extensivos ao Governador Jayme Canet Junior, que tem demonstrado também estar altamente preocupado em fazer com que o seu funcionalismo público estadual mereça tratamento melhor, com percepção a níveis salariais cada vez melhores.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradecendo o aparte do Deputado Thomazoni, queria continuar na nossa mensagem, que visa tão somente avaliar a administração pública federal ou estadual, em um paralelo correlato do qual estará ganhando sempre a administração pública. Exemplo a ser seguido também os passos do Governo Federal, quando do recente aumento concedido aos srs. funcionários públicos federais deste País, houve por bem S. Exa. o Presidente da República, com seus auxiliares, fazer valer realmente o alto índice de inflação que atinge a Nação Brasileira.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Acabo de verificar, pelas palavras da liderança da ARENA que realmente o Governo, depois de doze anos de Revolução, tem sentido pelo menos um pouco de sensibilidade humana e um tino de justiça compatível com a aspiração do povo brasileiro.

Há pouco se exarou uma nota oficial do Partido oposicionista, em que nosso Líder Osvaldo Macedo retratava o caso da instabilidade dos professores que até 67 contavam com 5 anos de serviço. Isto faz parte da nota oficial e quero congratular-me com a liderança por ter anunciado esta auspiciosa notícia.

Realmente não foi em vão e aí está a grande vitória da bancada oposicionista também, porque há muitos e vários anos vem cometendo e trazendo reivindicações, vem posicionando a sua luta para cumprir o programa do Partido. Realmente, como disse Ulisses Guimarães, um Governo só é digno de ser Governo quando pratica a justiça social. Aí está também para ser seguido pelo Governo do Paraná, e aguardamos ansiosamente que esta Mensagem venha.

Quero aplaudir a outros parlamentares que nos antecederam neste Parlamento e no Parlamento da República, porque lutaram e estão vendo que seus apelos, suas ponderações, sua intransigências no que se refere à causa do povo, fazem o papel de água na pedra.

Quero parabenizar-me com V. Exa. e sinto até um pouco de conforto ao ouvir um aparte como o que foi dado pelo Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado Fidelcino Tolentino, e continuando, Sr. Presidente, falava que o Governo Federal assistiu a todos os srs. servidores federais da Nação, com um aumento que não foi o ideal, mas um aumento com o qual amenizou em parte as famílias dos funcionários públicos federais. E neste Paraná, tentou o Governo do Estado de todas as formas possíveis e alertando que foi pelos deputados da ARENA e do MDB sancionar um aumento com o qual não deu à família do servidor público do estado, uma garantia, uma igualdade de condições de sobrevivência à do antigo salário, ao novo aumento concedido no seu salário.



Os governos revolucionários que pelo Brasil passaram desde o primeiro, sempre quando solicitados pela imprensa nacional, falava em alto e bom som, na paridade de vencimentos no território nacional.

De 64 para 76, passaram-se 12 anos. E, infelizmente, o funcionário público paranaense, continua a ser enganado pela administração pública de todos os governadores, principalmente do atual, Jayme Canet Junior.

Aí está, Srs. Deputados, a que condições chegou o nosso funcionalismo público estadual.

Desejamos que dêem aos nossos funcionários as condições que toda indústria, que todo comércio, dá a seus subordinados: um salário que seja compatível com o seu desempenho funcional.

Nenhum funcionário público do Estado do Paraná, creio, está satisfeito com o aumento que recebeu.

Basta recordar os aumentos concedidos nos últimos cinco anos, o que, aliás, foi feito desta tribuna, pelo ilustre Deputado Maurício Fruet, o funcionário paranaense saiu perdendo em relação aos demais Estados da Federação.

Infelizmente, para a família paranaense, o Paraná, através, de suas administrações, as passadas e a atual, não tentaram fazer com que o funcionalismo público estadual seja agraciado com os vencimentos que é merecedor.

Queremos, nesta oportunidade, fazer lembrar ao Governo do Estado que em tão boa hora corre em socorro dos srs. professores suplementaristas, com uma mensagem agora tornada pública pelo ilustre Líder do Governo, carece ele também, em atendimento ao próprio líder, que já compareceu a esta tribuna, nesse mesmo sentido, que seja implantado no Paraná, a contagem recíproca no serviço público.

O próprio líder Ivo Thomazoni, falou que neste ano, uma das primeiras mensagens oriundas do Poder Executivo, seria uma mensagem dando, ao servidor público estadual, essa possibilidade.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, julgo da maior importância o pronunciamento que V. Exa. faz na tarde de hoje.

Recebemos, com muita alegria, a notícia trazida a esta Casa, pelo ilustrado líder do Governo, de que esse mesmo Governo houve por bem atender, por enquanto em parte, à proposta objetiva e concreta que a bancada do MDB desta Casa, formulou para reparar a terrível crise do ensino paranaense, crise esta criada por ato desse mesmo Governo.

Foi no dia 11 deste mês, portanto, há menos de uma semana, que formalizamos esta proposta, na primeira oportunidade que teve nossa bancada, após a reabertura das sessões desta Casa.

Primeiro lemos hoje, num jornal, e agora ouvimos do ilustre Líder, que o Governo do Estado do Paraná, ainda hoje, mandará a esta Casa mensagem considerando efetivados todos aqueles que, até 1967, lhe tinham prestado serviços por mais de cinco anos.

Esta proposta do MDB, constante da sua nota oficial, já não era novidade para nossa bancada. Desde o ano passado, insistíamos que essa providência fosse tomada. Por várias vezes, vários Deputados de nossa bancada, ocuparam esta mesma tribuna que V. Exa. ocupa agora, para reclamar cumprimento da lei, para reclamar respeito à Constituição. E de maneira mais formal, o eminente Deputado Válder Pietrângelo, o ano passado formalizou por escrito, e com aprovação desta Assembléia, esse projeto ao Sr. Governador que lhe respondeu dizendo aceitá-lo. No entanto, por uma questão de justiça, quero dizer que loas nem louvores merece o Governador por estar cumprindo sua obrigação, pelo contrário, mereceria S. Exa. uma reprimenda, por estar cumprindo muito tardiamente esta lei, que já deveria estar sendo cumprida, desde 67, quando entrou em vigor a Consti-

tução desse ano, posteriormente emendada em 69, mas não alterada neste particular.

Cumpro também o dever de, nesta oportunidade, senão apelar para a razão do Sr. Governador, apelar para seu coração, pois os apelos para a razão já foram tentados e não foram ouvidos. Só agora constatamos que foi aceita a nossa proposta, constante da Nota para efetivação de todos os professores suplementaristas que tiverem seus direitos constitucionalmente garantidos, evitando-se procedimentos judiciais, pois sabemos que são inúmeros os procedimentos judiciais em andamento, propostos pro professores, para ver garantido esse direito que a Constituição lhes outorga.

Mas, gostaríamos, Sr. Deputado Zuk, e falamos a todo o Paraná, que o Governo entendesse por inteiro nossa proposta.

Que o Governo do Paraná de uma vez por todas, deixasse de ser mau patrão e além de reconhecer e cumprir sua obrigação, que é dar efetivação aos suplementaristas, aos que tinham 5 anos de serviço prestado ao Estado, desde logo garantisse o pagamento e a irredutibilidade dos vencimentos a todo aquele que ficou sem aulas pelo Decreto 1495. Não apenas os que tinham 5 anos de serviço em 67, mas também aqueles que começaram a trabalhar depois de 67 e que são, realmente, servidores do Estado e o Estado não pode fugir de sua condição de empregador e não pode deixar no desemprego e infortúnio todos aqueles que dependiam dele para manter seu orçamento familiar.

Gostaríamos também que o Estado, como V. Exa. bem diz, seguisse o exemplo do Governo Federal, porque mais do que governo, ele é delegado do Governo Federal, e tomasse as mesmas providências que o Governo Federal tomou, de dar ao funcionalismo público do Paraná a reciprocidade para com o emprego particular, para que muitos, que tenham por determinado tempo, prestado serviços à iniciativa particular, possam se aposentar contando esse tempo de serviço.

Louvo se discurso, que vai dar oportunidade para que digamos ao professor que estamos empenhados em solucionar crises, não em ofender direitos, mas garantir direitos, não em desatender e desrespeitar o professor, mas atender e respeitar e dar solidariedade ao professorado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do ilustre líder do MDB, Deputado Osvaldo Macedo, e concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queremos, também, nos parabenizar com V. Exa. quando reconhece que o nosso Governo Central, o Governo do eminente Presidente Geisel, está tomando medidas favoráveis ao povo do nosso querido Brasil.

Queremos, neste momento, fazer apenas um adendo sobre o problema aventado por V. Exa. e que teve o aparte do ilustre líder Ivo Thomazoni.

A mensagem a vir a esta Assembléia estará amparando os suplementaristas de nível 22, que tenham licenciatura plena, os de nível 21, que tenham licenciatura curta, e os de nível 20, que sejam apenas licenciados.

Por aí vê V. Exa., vê seu ilustre líder, vê toda a bancada do MDB e da ARENA, e vê todo o Paraná, que o Governador Jayme Canet está procurando seguir as diretrizes do Governo Central, está apoiando seu povo, embora alguém contradiga, e está dando ao povo e ao seu funcionalismo aquilo que eles merecem, sem ferir a estrutura do Estado e sem ferir a estrutura financeira do Paraná.

Se o governo Jayme Canet tivesse suporte financeiro dos cofres públicos, teria dado 10 ou 15 por cento a mais para o funcionalismo do Estado. Mas ele tem que coordenar entre o peso e a medida, e entre o suporte financeiro e os dignos funcionários públicos do Estado.

Se mérito houve e existe sobre as medidas enérgicas, honestas e reais não cabe somente à bancada de V. Exa. na luta

por este Paraná, por esta terra e por este povo. Cabe, também, à nossa bancada da ARENA, que diuturnamente e, muitas vezes, na calada da noite, sem fazer estardalhaço e sem fazer publicidade, liderada pelo eminente líder Ivo Thomazoni, tem procurado soluções favoráveis ao povo do Paraná.

Só existe uma diferença, me perdoe o nobre Deputado, por que o ovo da galinha é mais caro que o ovo do pato? Porque a galinha põe seu ovo e sai alardeando, enquanto o pato põe o ovo e fica calado.

Este o paralelo que queria fazer entre a bancada ilustrada de V. Exa. e a ilustrada da ARENA que é composta, como a de V. Exa. por Deputados que lutam em favor do povo, da classe menos favorecida, da classe do professorado.

O nosso Governo neste curto espaço de doze meses procurou dar ao povo o que é do povo, procurou aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Solicitaria, com o devido respeito, pedir ao líder de V. Exa. que faça um adendo no sentido de que não se deve isso somente à bancada do MDB, mas se deve, à gloriosa e combativa bancada da ARENA muito bem liderada pelo Deputado Ivo Thomazoni.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do ilustre colega Gabriel Manoel, e queria fazer um reparo com relação ao termo comparativo de S. Exa. relativamente à bancada do MDB e da ARENA. A bancada do MDB pode ter pato e galo que não bota. Com respeito a outra bancada, me abstenho de falar porque é a sua.

Mas, queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que o Sr. Presidente da República tenta, agora, ao tomar a si a responsabilidade do estudo dos novos níveis do salário mínimo a ser implantado no território nacional trabalhador brasileiros, tenta, repito, com isto melhorar o salário mínimo do trabalhador brasileiro.

Queremos acreditar de que, com o mesmo discernimento, com a mesma postura, com que determinou o mais alto Chefe desta Nação, aos funcionários públicos federais, e principalmente dando assistência mais à condição humana de brasileiro, tenha ele a mesma felicidade que teve no preparo, no carinho com que foi esta sua lei sancionada no que concerne à elasticidade até 50 anos para o brasileiro poder ingressar na vida pública funcional deste País.

Que tenha ele a mesma assistência espiritual que teve, dando ao trabalhador do Brasil, dando ao mais humilde assalariado deste País, a condição igual a que deu ao funcionário público federal.

Que tenha o Sr. Ernesto Geisel agora que assumiu a responsabilidade do estudo do novo salário mínimo, para a tranquilidade e satisfação da família brasileira, a mesma disposição que dê, ele, a mesma demonstração de alto espírito cristão e de mais alto Chefe mandatário deste País que quer o bem estar da família brasileira, como quer o bem estar de sua própria família.

Que dê ao trabalhador um salário compatível com a vida cara, a vida que levam todos os srs. trabalhadores.

E ao finalizarmos esta nossa participação na tarde de hoje, queremos tão somente dizer ao ilustre líder da ARENA, de que S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet tenha o mesmo carinho, no envio de uma mensagem de tempo recíproco, aos Srs. Servidores deste Paraná.

Muito obrigado ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Dois assuntos me chamaram a atenção e devo, ao final do Grande Expediente, Sr. Presidente, chamar a atenção da Casa e solicitar aos meus eminentes pares da ARENA e do MDB, que, juntemos esforços no sentido de nos solidarizarmos com o Governo da República, nas medidas paralelas, que por certo o Governo Central terá que, forçosamente adotar contra os países integrantes do mercado comum europeu.

Vejo e com muita apreensão que a imprensa dá destaque a uma medida restritiva adotada e em vigor a partir de ontem, com enorme prejuízo para a economia nacional, notadamente para a paranaense, que está a suportá-la, grande parte pela agricultura e a soja.

Numa entrevista que o Ministro da Fazenda, Simonsem, concedeu ontem à imprensa, e reunido com Diretores de agências do Banco do Brasil no Exterior, anunciou que o País terá prejuízo com a exportação da soja, para os países do mercado comum europeu, por estar agravado em 37 dólares por tonelada, o imposto pelo MCE como contingência, a partir de ontem.

Trata-se, segundo o Sr. Ministro da Fazenda, de mais uma dificuldade que o Governo do Brasil terá que vencer. E aparentemente, diz que ainda não dispõe de dados capazes de dimensionar os prejuízos advindos com esta taxação. Mas advertiu que devemos estar preparados para enfrentar uma guerra contencionista, que poderá tornar-se cada vez mais acirrada.

Isto tudo, colocando em miúdos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se estamos hoje, fechando negócios da soja da ordem de 1.441 cruzeiros a tonelada, se estivermos realmente sujeitos ao imposto que passou a agravar a partir de ontem, com medida restritiva de importação pelos países integrantes do MCE da ordem de 37 por cento, equivale afirmar que o preço de 1.411 cruzeiros, fatalmente baixará para 1.041 cruzeiros (mil e quarenta e um), à tonelada.

Significaria dizer que a sala de sessenta quilos que hoje está sendo comercializada na ordem de 84,66 centavos e 85 cruzeiros, haverá de baixar no mercado para 62 cruzeiros e 46 centavos, menos de 62,50.

Só esta restrição imposta pelos países integrantes do MCE atinge a nossa principal produção de cereais em mais de 25 por cento do seu preço real.

E este o instante de nós da ARENA e MDB, nos preocuparmos e solicitarmos da Presidência da República, que paralelamente adote medidas capazes de fazer com que sejamos respeitados, no contexto das demais nações que mantêm vínculo conosco, vínculos comerciais.

E não bastasse esta notícia que é assustadora, muito embora o Sr. Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, negue que esteja havendo restrições aos empréstimos no meio rural, sabe-se por outro lado através de denúncias que o jornal "O Estado de São Paulo", faz hoje. "Que inúmeras agências do Banco do Brasil, notadamente do Estado de São Paulo, estejam a partir de agora, restringindo créditos, especialmente aqueles concedidos para aquisição de maquinários e investimentos no setor de melhorias de instalações agrícolas. Muito embora o Banco do Brasil afirme que a restrição não atingiu ainda as despesas do custeio, em alguns Estados, as restrições, segundo levantamento feito por agências do Banco do Brasil já estariam grassando.

Vejo, portanto, que se confirmadas as duas notícias, uma delas quer me parecer fatal porque anunciada, deva fazer com que a classe política nesta hora esqueça diferenças de partes ou ordem ideológica, para oferecer o seu apoio que deve ser total



às medidas governamentais que visam a salvaguarda, não da soberania nacional, mas a salvaguarda, acima, de tudo, das disposições que devem ser bi-laterais, quando se tratar de comércio exterior.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. traz à Casa uma notícia realmente alarmante que não me parece seja a primeira e nem será a última. Obviamente não falo em nome de meu Partido, mas em meu nome pessoal, mas tenho a informar a V. Exa. que o MDB já tem como norma, as questões internacionais, estar solidário com o o Governo Federal.

Isto, Sr. Presidente, vem de longe, pois advoga o meu Partido que em questões internacionais, depois de discutidas dentro de Casa, existem mais Partidos, existe o País, existe o Brasil.

Portanto, temos a certeza de que nosso Partido irá, neste momento, prestar toda a sua colaboração ao Sr. Presidente da República, que deixa de ser um homem de um Partido e passa a ser o Presidente de todos nós.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tal pressão e isto é que eu tenho não é a primeira e nem será a última. E homens de meu Partido têm denunciado, e homens de seu Partido também e nos parece que o futuro será mais negro se nós, brasileiros, não tomarmos medidas drásticas no sentido de valorizar o que é nosso.

No passado, quando partidários meus levantaram propostas no sentido de que imitávamos, os países árabes na exportação do ferro e do alumínio e que, juntamente com a Itália e com o Canadá que também produzem o alumínio fizéssemos o que os árabes fizeram com relação ao petróleo, foram meus companheiros imediatamente repudiados e até certa imprensa os classificou com "nacionalistas", como homens que queriam fechar o País à maneira como Stalin e Lenin fizeram com a Rússia.

Os fatos são alarmantes e tenho que admitir que não será a primeira nem a última notícia, pois há pouco ainda lemos um acordo preferencial para o Brasil que nos deixou um pouco precavidos pois a preferência dada por um determinado país redundaria - tínhamos a impressão - em represália para outros países.

E é o que nos parece, está ocorrendo agora.

As limitações da importação requerem - e isto tem sido norma - do país que nos exporta, medidas semelhantes.

Tenho certeza, nobre Deputado, que meu Partido, acima das dissensões partidárias, irá estudar fórmula e, juntamente com o Partido de V. Exa., no sentido de atingirem objetivos que, acima de serem de partido, são do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço, Deputado Deni Schwartz. Mas, devo afirmar que o governo brasileiro, realmente, não ficou estático quanto a preconizada política de ampliação do número de países que conosco devem manter relações comerciais.

E veja V. Exa. que o Governo deste País não se atém muito a ideologias quando se trata de comercializar bem.

Há poucos dias, o Governo brasileiro firmou com o Governo da Polônia, um tratado comercial altamente significativo em termos de exportação de produtos primários, beneficiando grandemente a economia paranaense também.

Mas, desejava referir-me ao assunto quando sabemos todos que o Presidente da República se apressa em aceitar convites dos governos da França, Inglaterra, para visitá-los, muito embora se noticie que a visita feita a S. Exa. o General Ernesto Geisel à França e à Inglaterra não tem outro objetivo senão o de permitir que o Brasil se atrele aos países industrializados. E de resto, fortalecer os laços de amizade que sempre uniram o Brasil e aqueles dois povos, nada alteraria o bom entendimento franco-brasileiro, se, na agenda presidencial, constasse o assunto em pauta, porque, de importância vital para a economia nacional. Principalmente, dos Estados mais meridionais: o Rio Grande do Sul, Santa Cata-

rina e Paraná, que têm, na agricultura o seu principal suporte.

Eu, neste instante em que proponho a anunciar o acontecimento, ao mesmo tempo convoco a minha bancada para que, juntos, elaborem um documento sério. E sei, de antemão, que haveremos de contar com o apoio total, nunca desmentido, do Sr. Governador Jayme Canet Jr., de, para todas as formas, o Congresso Nacional, os Ministros de Estado, responsáveis pelo setor de comercialização de nossa produção, para que haja tempo suficiente de negociarmos, sem prejuízo para a comercialização da safra de soja, que se anuncia como das mais promissoras senão a maior de todos os tempos. Mas, como brasileiro, assisto consternado que ainda estejamos sujeitados às normas ditadas pelos mais poderosos. É este o instante que o Governo brasileiro terá para justificar sua política mais agressiva, em termos de buscar novos mercados, e sei que haverá de fazê-lo e, neste instante, mais do que nunca, haverá de necessitar do respaldo da classe política, que jamais se ausentou das lutas que significam a defesa dos postulados mais sagrados da gente brasileira e que são, exatamente, a defesa de seu direito de, em igualdade de condições com qualquer cidadão do globo poder negociar, porque sempre pudemos cumprir com os compromissos assumidos pelo nosso Governo.

Fica o apelo aos membros de ambas as bancadas para que, juntos, aprimorem o documento e o enviemos, a fim de que possamos dizer que colaboramos nessa hora difícil para a agricultura paranaense, numa medida governamental que terá que vir.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Acho válido o pronunciamento de V. Exa. e muito importante a preocupação que, em nome de sua bancada, demonstra para com a matéria de tão alta relevância para os interesses nacionais.

Disse o Deputado Deni Schwartz, que nunca falou ao Governo da República a solidariedade da Oposição neste País, diante de possíveis divergências de caráter político ou econômico com outro país ou com outro governo. Somos todos brasileiros. Podemos ter escolhido caminhos diferentes, mas todos queremos os mesmos objetivos.

Não faltará, também nesta hora, em que mais uma vez grupos poderosos, mais do que influir, pretendem prejudicar a economia deste País, portanto, a economia de cada um dos lavradores deste País.

Também nesta hora não faltará nossa solidariedade.

Acho importante aproveitar a ocasião para lembrar que talvez fosse a hora nesta hora em que seu Partido pede a solidariedade de nosso Partido, e não haveria necessidade de fazê-lo, do Governo da República ouvir as constantes e muito razoáveis ponderações da Oposição, com relação a estrutura econômica que se implantou neste País.

Nesta hora, em que há dependência do mercado internacional, desta vez diante da crise do mercado comum europeu, é importante que o Governo se lembre que existe neste País mercado interno, que não foi por ele, até agora, valorizado e que não recebeu dele, esse mercado interno, a consideração que todo país precisa dar, para atingir seu desenvolvimento.

Todo o país dependente exclusivamente do mercado externo será eternamente dependente e portanto sem condições muitas vezes, de proclamar a sua soberania em termos econômicos.

Que seja a hora de aceitar as ponderações da Oposição para se valorizar e de-se ao lavrador o direito que ele reclama e precisa.

Talvez fosse hora de se rever este critério de distribuição de rendas neste País, para que mais que a solidariedade da classe política o Governo tivesse também, não somente nesta Hora, mas em todas as horas, a solidariedade do povo, deste País.

Que esta nossa sugestão, por favor, seja analisada e aceita

pela sua bancada na elaboração da nota e aceita como contribuição de brasileiros que querem o bem deste país.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente devo confessar que sabia de atemão poder contar com a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência alerta o nobre orador que tem apenas 1 minuto para terminar a sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Sabia que não faltaria de V. Exa. a manifestações de apoio às medidas governamentais que se fazem necessárias.

Apenas discordo com V. Exa., quando afirma que o Governo da República esqueceu de cuidar do mercado interno.

Se verificarmos as facilidades postas à mão da nossa agricultura pelo Governo Revolucionário em financiamentos em todas as linhas, a juros baixos, incentivos de toda a ordem, subsídios que estão presentes al alcance de qualquer pequeno, médio ou grande proprietário.

A industrialização também se faz neste País.

Podemos ver que o Governo Revolucionário não está esquecido de todos estes problemas. Com relação a industrialização temos a dizer que não se exporta só matéria "in natura". Mesmo no tocante a soja temos hoje mercado aberto pelo Governo da Revolução com produtos industrializados deste cereal.

Mesmo na defesa da soberania brasileira brigou-se muito e foram obtidas grandes vitórias até na bandeira que devesse transportar essa riqueza com a economia de milhões de dólares que, no balanço do pagamento, vieram fortalecer a nossa economia.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Estou encerrando e infelizmente não poderei conceder o aparte.

É bem verdade que se hoje a distribuição da riqueza neste País ainda não é aquela sonhada e desejada, já ultrapassamos a barreira de 700 dólares "per capita" e haveremos de atingir, segundo se preconiza, mais de 1.000 dólares "per capita" nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. e ela é imperrogável.

O SR. IVO THOMAZONI — Voltarei ao assunto.  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 07/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 184/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CP. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 135/75, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, um terreno de propriedade do Estado conforme especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e CT IC — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 135/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Paranacity, o terreno de propriedade do Estado sob o nº 03 da Quadra 83, da Planta Geral da cidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1 de outubro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

A matéria constante do presente Plano de Lei já foi objeto de deliberação nesta Casa, que aprovou. Ocorre que o Senhor Governador, vetou.

Com as razões da doação em apreço, subsistem, trago novamente à consideração da Casa a matéria, dando cumprimento ao disposto no par. 3º, do art. 30, da Constituição Estadual.

Para informações dos ilustres Pares, transcrevo a justificativa apresentada para o primeiro Projeto.

"Através da Lei Municipal 404, de 17 de abril de 1970, o Município de Paranacity doou ao Governador do Estado do Paraná a data de terra sob o nº 3, da Quadra 8399, da Planta Geral da cidade de Paranacity, para fins de construção de prédio da Agência de Rendas Estaduais.

Ocorre que, até o presente momento, a referida obra não foi iniciada e ao que tudo indica não ocorrerá tão cedo.

Diante disso e também por estar a Prefeitura de Paranacity necessitando do citado imóvel para uma construção pública, e reversão do mesmo se faz necessária.

Ainda mais: a Prefeitura se compromete a doar novo imóvel ao Estado em local adequado para a mesma finalidade."

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/75

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, objetiva o presente Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, o terreno de propriedade do Estado sob o nº 3m da Quadra 83, da planta geral da cidade do mesmo nome

A justificativa que o acompanha nos convence da sua oportunidade e conveniência, e trata-se de um plano de lei meramente autorizado, ficando na dependência do Chefe do Poder Executivo a sua conversão em lei.

Nestas condições, nada impede a sua tramitação normal por esta Casa, e o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO  
Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/75.

Objetiva o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, autorizar o Poder Executivo a doar, à Prefeitura de Paranacity, o terreno de propriedade do Estado, sob o nº 3, da Quadra 83, da planta geral da cidade do mesmo nome.

A justificativa e expediente encaminhado pelo Sr. Prefeito ao Deputado autor da proposição nos convence da sua oportunidade e conveniência pois, trata-se de reversão do citado imóvel para o município de Paranacity.

Havia doado ao Governo do Estado, para fins de constru-

ção do prédio próprio da Agência de Rendas Estaduais daquela cidade o que até esta data não ocorreu.

Por outro lado, trata-se de plano de lei meramente autoirratório, ficando na dependência do Chefe do Poder Executivo a sua sanção.

Assim sendo, entendemos não haver o que impeça a sua tramitação normal por esta Casa e o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1975.

aa) EGON PUDELL — Presidenta.  
IVO THOMAZONI — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laudelino Pedro da Silva, ocorrido em Maringá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Joel Larocca, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Partor Primaz Davi Nikkel, ocorrido na Colônia Witmarsum, município de Palmeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas medidas necessárias para a conservação da Rodovia do Xisto, e após a necessárias reformulações no plano de asfaltamento de rodovias, estaduais, determine a inclusão do asfaltamento da estrada Campo Tenente.— Lapa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo nos entido de que sejam estabelecidas áreas de defesa nas baías de Paranaguá e Guaratuba e em alguns rios tributários das mesmas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao

Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam reiniciados os trabalhos necessários para a ligação rodoviária Lapa-277, trecho da divisa do município de Porto Amazonas até a estrada - BR 277— APROVADO.

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao dedicado Provedor da Santa Casa de Misericórdia, pela 3ª Jornada Médica, realizada na cidade de Cornélio Procópio.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos anais da Casa, do editorial "Suborno e Chantagem", publicado no jornal "O Estado de São Paulo", do dia 17-3-76.— APROVADO.  
(A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no Pequeno Expediente).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna solicitando seja encaminhado pedido de informações à Caixa Econômica Federal, através do Departamento Regional de Loteria Esportiva.—

O SR. PRESIDENTE — Esta Comissão Executiva, informa o eminente Deputado Lúcio Machado, que, fica impedida do recebimento do presente requerimento, visto estar o eminente Deputado endereçando-o a setor que foge da alçada estadual. Portanto, proceda-se a devolução, ao eminente Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 135/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 8/75.

marcando outra pra sexta feira, dia 19, às 10,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Resolução 133/75 e de Lei 82/74 e 87/75.—

Levanta-se a sessão.